

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**:... seguida de **Assertiva**:..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

PROVA PREAMBULAR

GRUPO I

QUESTÃO 1

De acordo com a doutrina, o documento escrito estabelecido de forma solene pelo poder constituinte eleito pelo voto popular, modificável somente por processos e formalidades especiais nele mesmo contidos, e que contém o modo de existir do Estado é classificado como constituição

- A formal.
- B material.
- C outorgada.
- D histórica.
- E flexível.

QUESTÃO 2

No curso de uma ação de ressarcimento por dano material, uma das partes suscitou a inconstitucionalidade de um dispositivo legal.

Nesse caso, a sentença que julgar procedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade

- A não fará coisa julgada nem no caso, nem entre as partes, até que o STF se pronuncie.
- B fará coisa julgada no caso e entre as partes, bem como surtirá efeitos *ex tunc*.
- C surtirá efeitos *ex tunc* quando, posteriormente à prolação da sentença, for suspensa a executoriedade do dispositivo pelo Senado Federal.
- D fará coisa julgada com efeitos *ex nunc* caso a inconstitucionalidade também seja suscitada junto ao STF.
- E gerará a ineficácia e a inaplicabilidade imediata do dispositivo legal, que será declarado nulo.

QUESTÃO 3

Assinale a opção que apresenta o método conforme o qual a leitura do texto constitucional inicia-se pela pré-compreensão do aplicador do direito, a quem compete efetivar a norma a partir de uma situação histórica para que a lide seja resolvida à luz da Constituição, e não de acordo com critérios subjetivos de justiça.

- A hermenêutico-clássico
- B hermenêutico-concretizador
- C científico-espiritual
- D normativo-estruturante
- E hermenêutico-comparativo

QUESTÃO 4

De acordo com a doutrina, norma constitucional superveniente editada pelo poder constituinte originário sem qualquer ressalva tem eficácia

- A retroativa máxima.
- B retroativa média.
- C retroativa mínima.
- D somente para o futuro.
- E exauriente.

QUESTÃO 5

Edital de concurso público para o cargo de policial civil de determinado estado da Federação vedou a possibilidade de remarcação de teste de aptidão física dos candidatos em razão de eventual problema temporário de saúde.

De acordo com o entendimento jurisprudencial do STF, a referida cláusula editalícia

- A ofende o princípio da isonomia.
- B contraria o princípio da impessoalidade.
- C trata com desigualdade os candidatos.
- D depende de previsão legal anterior.
- E coaduna-se com a Constituição Federal de 1988.

QUESTÃO 6

No exercício de suas funções, o juiz de direito que tomar conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura de ação civil pública deverá, para que sejam tomadas as providências cabíveis, remeter peças ao

- A presidente do tribunal.
- B STF, se o agente envolvido for ministro de Estado.
- C tribunal de justiça, se o agente envolvido for prefeito.
- D Ministério Público.
- E delegado competente, requerendo a instauração de inquérito policial.

QUESTÃO 7

De acordo com o STF, é assegurado às pessoas transexuais o direito à alteração de prenome e gênero em seus registros civis,

- A desde que o juiz competente constitua a identidade de gênero do(a) requerente.
- B caso tenha sido realizada a respectiva cirurgia de transgenitalização, mesmo que o juiz não tenha constituído a identidade de gênero do(a) requerente.
- C desde que a identidade com o gênero autopercebido pelo(a) requerente seja atestada por certificação médica ou psicológica.
- D desde que fique anotado nos documentos do(a) requerente que ocorreram as alterações requeridas, para garantia da segurança jurídica.
- E ainda que o(a) requerente não faça prova da sua identidade de gênero, que é autopercebida.

QUESTÃO 8

O princípio que sustenta a ideia de que o intérprete da norma deve manter a aplicação da lei estritamente vinculada às limitações por ela impostas a candidatos e eleitores é o da

- A vedação da restrição de direitos políticos.
- B democracia partidária.
- C responsabilidade solidária.
- D periodicidade da investidura.
- E celeridade da justiça eleitoral.

QUESTÃO 9

No que diz respeito à organização e às competências do Ministério Público Eleitoral e da justiça eleitoral, é correto afirmar que

- A compete aos promotores eleitorais, nas eleições gerais, ajuizar ações contra candidatos ao cargo de deputado estadual, e, precipuamente, aos tribunais regionais federais apreciá-las.
- B compete aos promotores eleitorais, nas eleições municipais, fiscalizar o pleito e ajuizar ações contra candidatos a prefeito e vereador.
- C os procuradores e promotores eleitorais, nas eleições gerais e municipais, têm a mesma competência e atuam nas mesmas instâncias administrativas e judiciais.
- D os partidos políticos, no processo eleitoral geral ou municipal, podem dirigir-se ao Ministério Público Eleitoral para obter esclarecimentos, os quais, depois de prestados, vinculam a atuação do órgão.
- E compete aos promotores e procuradores eleitorais, nas eleições gerais, ajuizar ações contra candidatos ao cargo de presidente da República, e, originariamente, ao STF apreciá-las.

QUESTÃO 10

Acerca de aspectos relativos aos sistemas eleitorais, é correto afirmar que

- A o sistema majoritário absoluto é utilizado nas eleições para deputados federais, estaduais e distritais.
- B o quociente eleitoral é aplicado na escolha de candidatos tanto no sistema majoritário quanto no proporcional.
- C o sistema majoritário simples é usado para definir as eleições de senador da República e de prefeito de municípios com menos de duzentos mil eleitores.
- D o sistema proporcional é usado no caso de pleitos que exijam mais da metade dos votos válidos para definição do candidato vencedor.
- E o sistema proporcional é adotado nas eleições do chefe do poder executivo municipal.

QUESTÃO 11

Conforme a Constituição Federal de 1988 quanto às condições de elegibilidade, o candidato está dispensado de comprovar

- A o alistamento eleitoral.
- B o domicílio eleitoral.
- C a nacionalidade.
- D a filiação sindical.
- E o pleno exercício de direitos políticos.

QUESTÃO 12

É considerada ação de arguição de inelegibilidade, oponível contra candidato,

- A a ação de investigação judicial eleitoral, utilizada para obter a cassação do registro da candidatura.
- B a ação de impugnação ao mandato eletivo para invalidar ou desconstituir o mandato.
- C a representação por captação ilícita de sufrágio, que objetiva cassar o registro ou o diploma e estabelecer multa.
- D a representação por captação e gastos ilícitos de recursos eleitorais, para o pedido de denegação ou cassação do diploma.
- E o recurso contra a expedição do diploma, cuja sanção é a desconstituição do diploma.

QUESTÃO 13

Considerando o entendimento dos tribunais superiores acerca da Lei Antidrogas e da Lei Maria da Penha, julgue os itens a seguir.

- I A majorante do tráfico transnacional de drogas configura-se com a efetiva transposição de fronteiras entre dois ou mais países.
- II Para a incidência da majorante da interestadualidade, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da Federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual de drogas.
- III A prática de crime mediante grave ameaça contra a mulher no ambiente doméstico impede a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, independentemente da condição de primariedade do réu.
- IV Haja vista a interpretação restritiva do direito penal, para a configuração da violência doméstica e familiar prevista na Lei Maria da Penha é necessária a comprovação da coabitação de autor e vítima.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

QUESTÃO 14

Com relação a crimes de trânsito, julgue os itens a seguir.

- I De acordo com o STJ, a conduta de permitir a direção de veículo automotor a pessoa que não seja habilitada constitui crime somente na hipótese em que for constatado perigo de dano concreto na condução do veículo.
- II Aplica-se à lesão corporal culposa a transação penal, exceto se o agente estiver sob a influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência.
- III A remoção do veículo por seu condutor imediatamente após a ocorrência de acidente automobilístico configura o crime de fraude processual.
- IV Em caso de acidente de trânsito de que resulte vítima, ao condutor do veículo não se imporá a prisão em flagrante nem se exigirá fiança caso ele preste pronto e integral socorro à vítima.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 15

Para influenciar promotor de justiça a não oferecer denúncia contra Lúcio, Mário, analista do Ministério Público, solicitou ao provável denunciado a quantia de R\$ 5.000. Lúcio pagou o valor, mas Mário não comentou o assunto com o membro do Ministério Público, e a denúncia foi oferecida regularmente.

Nessa situação hipotética, Mário e Lúcio cometeram, respectivamente,

- A o crime de tráfico de influência e uma conduta atípica.
- B os crimes de tráfico de influência e de corrupção ativa.
- C o crime de exploração de prestígio e uma conduta atípica.
- D os crimes de exploração de prestígio e de corrupção ativa.
- E os crimes de corrupção passiva e de corrupção ativa.

QUESTÃO 16

Quanto à extinção da punibilidade e ao instituto da prescrição, assinale a opção correta.

- A Os crimes hediondos, a tortura, o tráfico de drogas e o racismo são imprescritíveis.
- B As penas restritivas de direito e a pena de multa prescrevem em dois anos quando cominadas isolada ou cumulativamente.
- C Após a sentença condenatória transitar em julgado, a prescrição não corre enquanto o condenado estiver preso por outro motivo.
- D O oferecimento da denúncia interrompe a prescrição; nos casos de crimes conexos que sejam objeto de um mesmo processo, a interrupção incidirá considerando-se a pena de cada crime isoladamente.
- E Nos casos de crimes conexos, a extinção da punibilidade de um crime impede, em relação ao(s) outro(s), a agravação da pena resultante da conexão.

QUESTÃO 17

A respeito de crimes contra a dignidade sexual, assinale a opção correta.

- A Para a configuração do crime de estupro de vulnerável, é relevante, na avaliação da atipicidade da conduta, averiguar a existência de relacionamento amoroso entre a vítima e o agente.
- B O STJ pacificou o entendimento de que, com o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, eventual consentimento da vítima afasta a tipicidade do estupro de vulnerável.
- C Em regra, o crime de importunação sexual pode ter como agente passivo pessoa vulnerável, dados a especificidade da conduta e seu caráter de crime não subsidiário.
- D Caracteriza o crime de assédio sexual a conduta de médico ginecologista que, durante atendimento, pratica ato libidinoso contra paciente, aproveitando-se do consentimento dado por ela para a realização de exame ginecológico.
- E Em se tratando de crime de estupro em que a vítima seja maior de dezoito anos de idade e plenamente capaz, a ação penal é pública incondicionada, ainda que não tenha ocorrido violência real na prática do crime.

QUESTÃO 18

Assinale a opção que indica a teoria sobre a relação de causalidade penal, que define causa como uma condição sem a qual o resultado não teria ocorrido, sendo um antecedente invariável e incondicionado de algum fenômeno, sem distinção entre causa e condição.

- A teoria da equivalência das condições
- B teoria da causalidade adequada
- C teoria da prognose objetiva posterior
- D teoria da causa próxima ou última de Ortmann
- E teoria da imputação objetiva de resultado

QUESTÃO 19

Em relação à estrutura analítica do crime, o juízo da culpabilidade avalia

- A a prática da conduta.
- B as condições pessoais da vítima.
- C a existência do injusto penal.
- D a reprovabilidade da conduta.
- E a contrariedade do fato ao direito.

QUESTÃO 20

Com relação à licitude do procedimento de busca e apreensão de celular por autoridade policial, assinale a opção correta.

- A Em se tratando de celular de propriedade de vítima morta, é ilegal a realização de perícia sem prévia autorização judicial se o aparelho tiver sido entregue a autoridade policial pelo cônjuge da vítima.
- B É lícita a prova obtida pela polícia a partir da escuta, por viva-voz, de conversa entre investigado e sua mãe, mesmo que sem autorização judicial ou consentimento dos interlocutores, sendo válida a consequente prisão em flagrante.
- C É dispensada autorização judicial para extração de dados e conversas registradas em aparelho celular apreendido no momento de prisão em flagrante.
- D É lícito o acesso aos dados armazenados em celular apreendido após determinação judicial de busca e apreensão, mesmo que a decisão não tenha expressamente previsto tal medida.
- E É ilegal a análise de celular por policiais no momento de prisão em flagrante, mesmo com a autorização voluntária e consciente do acusado.

QUESTÃO 21

Considerando-se o entendimento dos tribunais superiores a respeito de inquérito policial, é correto afirmar que

- A** o fato de a autoridade policial encontrar provas que justifiquem o flagrante delito convalida a irregular entrada em residência sem autorização judicial e sem permissão do morador.
- B** é possível constatar constrangimento ilegal em razão da excessiva e desarrazoada duração da investigação, ainda que o prazo de conclusão do inquérito policial seja impróprio.
- C** nulidade ocorrida em inquérito policial, em regra, contamina todo o processo penal decorrente.
- D** o arquivamento fundamentado em excludente de ilicitude resulta em coisa julgada material, não podendo mais ocorrer posterior desarquivamento do feito.
- E** o Ministério Público, em razão de seu poder investigatório, pode instaurar procedimento investigatório, realizar diligências e, ainda, presidir inquérito policial.

QUESTÃO 22

Compete à justiça comum processar e julgar

- A** crimes de violação de direito autoral e contra a lei de *software* decorrentes do compartilhamento ilícito de sinal de TV por assinatura, via satélite ou cabo.
- B** crime ambiental decorrente da construção de moradias de programa habitacional popular, nos casos em que a Caixa Econômica Federal tiver atuado somente como agente financiador da obra.
- C** crime praticado no exterior e que tenha sido transferido para a jurisdição brasileira por negativa de extradição.
- D** crime de furto de patrimônio da administração militar federal que se encontre nas dependências desta, quando praticado por civil.
- E** crime de contrabando, quando não houver indício de transnacionalidade na conduta delitiva.

QUESTÃO 23

No âmbito do processo penal, considera-se prova não repetível

- A** o processo administrativo sancionador conduzido por autoridade competente e submetido a amplo contraditório.
- B** a gravação de conversa informal entre indiciado e policial.
- C** o depoimento de testemunha internada em hospital e em grave risco de morte.
- D** o depoimento de testemunha prestado no inquérito policial, ainda que esta se recuse a comparecer em juízo.
- E** o reconhecimento do acusado feito pela vítima na delegacia.

QUESTÃO 24

De acordo com o entendimento do STJ, é imprescindível a realização de exame de corpo de delito e outras perícias para

- A** constatação da ocorrência do crime de estupro, especialmente quando a vítima tiver ido à delegacia de polícia apenas no dia seguinte ao do suposto cometimento do delito.
- B** configuração da causa de aumento de pena pela utilização de arma de fogo no roubo, ainda que exista testemunha do delito e que a vítima confirme o uso da arma.
- C** constatação da qualificadora referente ao arrombamento no crime de furto, mesmo que a vítima tenha reparado prontamente o objeto violado.
- D** verificação da ocorrência de furto realizado com escalada, ainda que exista filmagem realizada por sistema de monitoramento de câmeras de segurança.
- E** reconhecimento da qualificadora de rompimento de obstáculos quando a infração deixar vestígios, mesmo que haja declarações da vítima e de testemunhas.

QUESTÃO 25

João, ao ter sido indiciado em inquérito policial, constituiu Pedro como seu advogado. Após o encerramento do inquérito e encaminhamento dos autos ao Ministério Público, este órgão ofereceu denúncia contra João, a qual foi acolhida pelo juiz, que determinou a citação pessoal do réu. Não tendo João sido localizado, o juiz determinou que a citação do réu ocorresse por edital. Durante a instrução, Pedro, o advogado constituído na fase inquisitorial, renunciou aos poderes concedidos por João, antes de ser proferida a sentença.

Nesse caso, o juiz deve

- A** suspender o processo e a prescrição penal a partir do momento em que o advogado tiver protocolado a renúncia.
- B** intimar pessoalmente o acusado e, caso a referida intimação seja efetivada e não ocorra a manifestação do denunciado, decretar a sua revelia.
- C** nomear a Defensoria Pública ou um defensor dativo para patrocinar a defesa do acusado e permitir o prosseguimento do trâmite processual.
- D** suspender o processo e a prescrição penal, bem como decretar a nulidade da instrução desde o momento em que se finalizou a citação por edital.
- E** suspender o processo e manter o curso da prescrição penal em razão da exigência legal de que deve ser decretada revelia somente com a intimação pessoal do acusado.

QUESTÃO 26

Em processo de natureza incidental, foi formulado contra Luiz, investigado por corrupção e lavagem de dinheiro, pedido de sequestro dos seus bens, nos moldes do previsto no Código de Processo Penal. O pedido foi deferido.

Para impugnar a referida decisão, a medida processual a ser adotada por Luiz junto ao tribunal de justiça é

- A** o recurso em sentido estrito.
- B** o mandado de segurança.
- C** o *habeas corpus*.
- D** a apelação.
- E** o embargo.

GRUPO II

QUESTÃO 27

O Código Civil dispõe que “toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil” e que “a personalidade civil da pessoa começa com o nascimento com vida”. Considerando-se os conceitos de capacidade e personalidade, é correto afirmar que

- A a pessoa passa, a partir do nascimento com vida, a ser sujeito de direitos e de deveres, e a ocorrência desse requisito determina consequências de alta relevância, incluindo aspectos sucessórios.
- B não é certo considerar a pessoa relativamente incapaz no momento da limitação quando a causa de impossibilidade de expressão da vontade for transitória.
- C a forma prevista na legislação civil de declarar o fim da existência da pessoa natural é somente pela morte, que será sempre natural ou física.
- D o prenome e o sobrenome servem para individualizar as pessoas naturais e, por isso, à luz do princípio da sua imutabilidade, somente podem ser alterados se expuserem a pessoa ao ridículo.
- E a atual legislação civil aproxima as características dos direitos de personalidade e dos direitos patrimoniais ao afirmar que ambos têm conteúdo econômico imediato e podem ser destacados do seu titular.

QUESTÃO 28

No que se refere a conceitos e consequências da prescrição e da decadência, é correto afirmar que

- A a decadência atinge diretamente o direito de ação e, assim, faz desaparecer o direito tutelado, ao passo que a prescrição, ao atingir o direito tutelado, tem como consequência a extinção da ação.
- B a prescrição pode ser classificada como aquisitiva e extintiva, uma vez que o decurso do tempo, elemento comum às duas espécies, tem influência para a aquisição e a extinção de direitos.
- C a prescrição, a preempção e a preclusão são institutos que geram a perda de direitos, sendo as duas primeiras de natureza material e a última, de natureza processual.
- D a renúncia à prescrição é válida desde que seja expressa, não cause prejuízos a terceiros e seja realizada depois que a prescrição se consumir.
- E os prazos prescricionais, em regra, são aqueles definidos por lei; contudo, por acordo das partes, eles podem ser alterados e novas causas de interrupção e suspensão podem ser criadas.

QUESTÃO 29

A respeito da classificação dos bens, é correto afirmar que

- A são fungíveis os bens móveis ou imóveis que possam ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- B os bens podem ser divididos em consumíveis e não consumíveis; contudo, esses últimos, quando sofrem deteriorações devido ao uso, passam a ser incluídos no conceito de bens consumíveis.
- C os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis apenas por determinação legal, não se admitindo, assim, que um negócio jurídico estabeleça a indivisibilidade da coisa.
- D a lei, ao tratar dos bens reciprocamente considerados, determina que os seus frutos e produtos possam ser objeto de negócio jurídico desde que separados do bem principal.
- E a aquisição de bens móveis se dá por simples tradição, enquanto a de bens imóveis exige escritura pública e registro em cartório, com exceção daqueles cujo valor atinja até trinta vezes o maior salário mínimo do país.

QUESTÃO 30

Acerca do conceito, das formas e de consequências das obrigações, é correto afirmar que

- A a lei é uma fonte de obrigações, porque estabelece o dever de cada indivíduo em função de seu comportamento, o que não é viável pela vontade humana ou manifestação volitiva.
- B a responsabilidade objetiva cria obrigações que são verificadas independentemente da configuração da ilicitude ou licitude da conduta do agente, bastando, para isso, verificar o nexo causal entre a ação do ofensor e o dano.
- C o credor, em caso de obrigações por coisa certa, na impossibilidade de cumprimento do acordado, poderá ser compelido a receber outra coisa desde que mais valiosa que a inicialmente pactuada.
- D a obrigação que tenha por objeto prestação divisível poderá ser cumprida de forma parcial, ainda que não tenha sido assim convencionado anteriormente pelas partes.
- E o comportamento desejado, em situação de obrigações de fazer, deverá ser desempenhado pelo próprio devedor, sendo vedada a substituição do ato por terceiros, mesmo que isso não gere nenhum prejuízo ao credor.

QUESTÃO 31

Com relação a conceitos, formação, extinção e aspectos relacionados à pessoa jurídica, é correto afirmar que

- A o registro competente é ato necessário para constituir as pessoas jurídicas de direito tanto privado quanto público.
- B constituem-se, sem o registro competente, as pessoas jurídicas de fato, cujos sócios respondem pessoal e limitadamente pelas obrigações assumidas, não se afastando a aplicação do princípio da autonomia patrimonial.
- C os condomínios edilícios são exemplo de pessoa formal que, embora não caracterize pessoa jurídica, tem sido reconhecida como sujeito de direito.
- D a teoria da aparência e a teoria *ultra vires* se confundem: por meio delas, a pessoa jurídica se obriga por atos praticados por seus sócios administradores, mesmo que exercidos fora dos limites de ação determinados no ato constitutivo da empresa.
- E a aplicação da teoria da desconstrução da personalidade jurídica implica a desconstituição do registro da pessoa jurídica, ou seja, a sua despersonalização.

QUESTÃO 32

O Código Civil estabelece como título de crédito o documento necessário ao exercício literal e autônomo nele contido, somente produzindo efeito quando preenchidos os requisitos previstos em lei. Com referência a esse conceito e aos princípios que tratam dos títulos de crédito, é correto afirmar que

- A** documento necessário se refere ao princípio da literalidade, pelo qual o cumprimento do direito expresso no documento só se faz com a sua apresentação.
- B** o princípio da cartularidade pode ser relativizado quando o credor receber o título de crédito em fotocópia, desde que devidamente autenticada em cartório.
- C** o princípio da autonomia preconiza que, para que o crédito possa circular, a obrigação representada pelo título não dependa de mais nada do que esteja escrito no documento, desvinculando-se o negócio jurídico inicialmente firmado da cártula originada.
- D** os títulos de crédito não estão sujeitos a outros princípios ou requisitos jurídicos inespecíficos, bastando que atendam aos requisitos de validade previstos em lei.
- E** a legislação, além da literalidade de uma cártula, permite, em regra, que outros elementos constem no título de crédito, desde que expressamente escritos, como ocorre com a estipulação de juros, com a proibição de endosso e com a exclusão da responsabilidade por despesas.

QUESTÃO 33

À luz dos dispositivos legais do Código Civil acerca do direito de empresa, assinale a opção correta a respeito de empresário e de sociedade empresarial.

- A** Empresários são tanto aqueles que exercem atividade econômica organizada quanto aqueles que exercem profissões intelectuais, científicas, literárias ou artísticas, ainda que estas atividades não constituam elementos da empresa.
- B** Pessoa que exercer atividade própria de empresário, apesar de legalmente impedida, não responderá pelas obrigações contraídas ao longo do exercício empresarial.
- C** Sócio que se tornar incapaz poderá, nessa condição, dar continuidade à empresa antes administrada por ele enquanto capaz, desde que seja representado ou assistido por seu tutor ou curador, independentemente de autorização judicial.
- D** Em regra, o empresário individual casado sob qualquer regime matrimonial dependerá de outorga conjugal para alienar imóveis que integrem o patrimônio da empresa.
- E** Celebram contrato de sociedade as pessoas que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica e a partilhar dos resultados, podendo ser restrita a atividade a um ou mais negócios determinados.

QUESTÃO 34

De acordo com a jurisprudência do STJ acerca do Código de Processo Civil de 2015 (CPC), assinale a opção correta.

- A** O benefício da gratuidade de justiça não poderá ser concedido a estrangeiro não residente no Brasil.
- B** O trânsito em julgado de sentença estrangeira é requisito legal indispensável para a homologação desta no Brasil.
- C** São devidos honorários advocatícios na fase de cumprimento individual de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que a fazenda pública não apresente impugnação.
- D** A comprovação da tempestividade de recurso especial, no caso de prorrogação de prazo em razão de feriado local, pode ocorrer posteriormente ao ato de interposição desse recurso.
- E** Associação de municípios e prefeitos possui legitimidade ativa para atuar como substituto processual de pessoas jurídicas de direito público.

QUESTÃO 35

De acordo com o CPC, é presumida a repercussão geral da questão constitucional discutida nos casos em que houver interposição de recurso extraordinário contra acórdão

- A** em que tenha sido examinado o mérito de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- B** em que incidentalmente tenha sido declarada a constitucionalidade de lei federal.
- C** que tenha sido prolatado em julgamento de qualquer matéria examinada pelo plenário ou por órgão especial de tribunal.
- D** que tenha sido proferido em julgamento de recurso especial repetitivo no âmbito do STJ.
- E** em que, em qualquer hipótese, tenha sido decidida matéria já examinada pelo STF.

QUESTÃO 36

Considerando-se as disposições do CPC, é correto afirmar que, nos processos contenciosos de divórcio em que inexista interesse de incapaz envolvido,

- A** a competência deve ser necessariamente do foro de domicílio do réu.
- B** é obrigatória a intervenção do Ministério Público.
- C** as partes devem comparecer à audiência de conciliação acompanhadas de seu advogado ou de defensor público.
- D** a tramitação em segredo de justiça depende de requerimento justificado do interessado.
- E** é vedado ao réu ter acesso ao conteúdo da petição inicial antes da realização da audiência de conciliação.

QUESTÃO 37

Elder e César firmaram contrato de locação de imóvel residencial urbano, na qualidade, respectivamente, de locador e locatário. Em seguida, o imóvel foi legitimamente sublocado por César para Roberto. Meses depois, em razão de suposta prática de um ilícito contratual, Elder ajuizou ação de despejo contra César.

Nessa situação hipotética, o ingresso voluntário de Roberto no processo para defesa de seus interesses

- A** dependerá de autorização prévia das partes principais e ocorrerá por meio de chamamento ao processo.
- B** deverá ser feito na qualidade de assistente litisconsorcial do locatário.
- C** somente poderá ser realizado até o momento do saneamento do processo.
- D** é expressamente vedado segundo regra prevista na lei que regulamenta a locação de imóveis urbanos.
- E** não obsta que a parte principal reconheça a procedência do pedido da ação de despejo.

QUESTÃO 38

Uma pessoa ajuizou demanda, pelo procedimento comum, com pedido único de natureza patrimonial disponível que versava sobre questão de direito local. Ao receber a petição inicial, o magistrado julgou liminarmente improcedente o pedido formulado pelo autor, sem observar a ordem cronológica de julgamento. Em sua decisão, o juiz consignou que o pedido contrariava expressamente enunciado de súmula do tribunal de justiça sobre a matéria e que a causa dispensava instrução probatória.

Nessa situação hipotética, o magistrado

- A** deveria, obrigatoriamente, ter dado ao réu a oportunidade de se manifestar, antes de realizar o exame do mérito do processo.
- B** desrespeitou norma fundamental referente à ordem cronológica de conclusão e julgamento, o que configura grave falha funcional sujeita a controle correcional pelo Poder Judiciário.
- C** prolatou decisão que não se sujeita aos efeitos da coisa julgada material.
- D** agiu em conformidade com o CPC para julgar liminarmente improcedente o pedido, cabendo ao autor interpor recurso de apelação caso deseje reformar a decisão.
- E** estará dispensado de comunicar ao réu o resultado do julgamento, caso não seja interposto recurso pelo autor.

QUESTÃO 39

No que concerne às disposições processuais civis que regem a atuação do Ministério Público, o CPC determina que

- A** a intervenção desse órgão é obrigatória nos casos em que a fazenda pública for parte ou interessada.
- B** a curatela especial deve ser exercida, preferencialmente, pela promotora de justiça.
- C** a alegação de impedimento ou suspeição de membro do Ministério Público por via incidental suspende o processo judicial.
- D** esse órgão tem legitimidade concorrente para requerer a abertura de inventário e de partilha, a depender da existência de herdeiro incapaz.
- E** o juiz deverá aplicar multa pecuniária aos membros do Ministério Público que praticarem ato atentatório à dignidade da justiça.

QUESTÃO 40

No que concerne ao processo de execução, à ação civil pública e ao mandado de segurança, julgue os itens a seguir.

- I** O exequente que possui título executivo extrajudicial contendo obrigação alimentar pode optar pelo procedimento padrão para execução de quantia certa e, nesse caso, se houver penhora sobre dinheiro, eventual concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução não impede o levantamento mensal das prestações alimentares devidas.
- II** Segundo a atual jurisprudência do STJ, o Ministério Público possui legitimidade ativa para, em sede de tutela coletiva, defender direitos de consumidores que celebram contratos de compra e venda de imóveis com cláusulas pretensamente abusivas.
- III** De acordo com o STJ, caso ocorra o óbito do impetrante durante a fase de conhecimento de mandado de segurança, o magistrado deverá determinar a suspensão do processo para posterior sucessão do espólio ou dos herdeiros do falecido.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 41

Em uma demanda judicial, menor de dezesseis anos de idade foi condenado a reparar danos que havia causado a terceiro. Nesse caso, para que os pais do menor sejam responsáveis pela reparação civil basta que seja

- A** comprovada a culpa do menor.
- B** confirmada a culpa *in vigilando* dos pais.
- C** comprovado que o menor estava na companhia dos pais quando ocorreu o evento danoso.
- D** confirmado que os pais não haviam empregado as diligências necessárias para evitar o evento danoso.
- E** confirmado que o dano é resultado de ato ilícito.

QUESTÃO 42

O professor de uma escola suspeitou, durante a aula, de que um de seus alunos, de doze anos de idade, estava sendo vítima de maus-tratos.

Nesse caso, o ECA determina que o caso seja obrigatoriamente reportado

- A** ao Ministério Público.
- B** ao conselho tutelar.
- C** ao juízo da infância e da juventude.
- D** à autoridade policial mais próxima.
- E** ao centro especializado de assistência social mais próximo.

QUESTÃO 43

De acordo com o ECA, considera-se uma forma de tratamento cruel ou degradante

- A** a lesão.
- B** a humilhação.
- C** o sofrimento físico.
- D** o castigo.
- E** a punição física.

QUESTÃO 44

A respeito da colocação de criança ou adolescente em família substituta, julgue os itens seguintes.

- I Pode ser padrinho ou madrinha pessoa maior de dezoito anos não inscrita nos cadastros de adoção, desde que cumpra os requisitos do programa de apadrinhamento de que faz parte.
- II Para que um adolescente seja colocado em família substituta, ele sempre deverá ser ouvido previamente por equipe interprofissional, o que faz que sua opinião seja terminativa para a realização do ato.
- III Em regra, o deferimento da guarda de criança a terceiros faz cessar o dever dos pais de prestar alimentos e o direito a visitas.
- IV O falecimento do adotante no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença, desde que ele tenha apresentado inequívoca manifestação de vontade sobre o ato, não obsta que seja a adoção deferida.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e IV estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Apenas os itens III e IV estão certos.

QUESTÃO 45

De acordo com a jurisprudência do STJ, a medida de internação do menor depende

- A da existência de duas sentenças anteriores impositivas de medidas socioeducativas em desfavor do infrator.
- B da prática de nova conduta após prévia aplicação de medida socioeducativa, ainda que não exista contemporaneidade entre as práticas infracionais.
- C da prática de nova conduta após prévia aplicação de medida socioeducativa, desde que exista vaga para o cumprimento da medida na comarca de domicílio da residência familiar do infrator.
- D da existência de duas sentenças anteriores impositivas de medidas socioeducativas, ainda que não exista vaga para o cumprimento da medida na comarca de domicílio de residência familiar do infrator.
- E da prática de nova conduta após prévia aplicação de medida socioeducativa, salvo se faltar contemporaneidade entre as práticas infracionais ou se a prática antecedente tiver menor relevância que a nova.

QUESTÃO 46

De acordo com o ECA, após a verificação da prática de ato infracional por um adolescente, o juiz deverá considerar para aplicar medida socioeducativa, além das circunstâncias da infração,

- A a personalidade do adolescente e a gravidade da infração.
- B os motivos da conduta praticada pelo adolescente e a gravidade da infração.
- C somente a gravidade da infração.
- D a capacidade do adolescente de cumprir a medida e a gravidade da infração.
- E somente a capacidade de discernimento do adolescente.

QUESTÃO 47

Assinale a opção que apresenta relações jurídicas em que, de acordo com o entendimento do STJ, aplicam-se primordialmente as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

- A contrato firmado com cooperativa de crédito e a relação estabelecida entre condomínio e condôminos
- B responsabilidade civil do transportador aéreo internacional pelo extravio da carga e contrato de plano de saúde
- C contrato de seguro firmado por microempresa e relação jurídica entre os titulares do direito de uso dos jazigos de cemitério particular e a administradora deste
- D serviços notariais e contrato previdenciário celebrado com entidade fechada
- E contrato de franquia e contrato firmado entre postos e distribuidores de combustível

QUESTÃO 48

À luz do entendimento do STJ quanto a contratos bancários celebrados com instituições financeiras, julgue os seguintes itens.

- I É abusiva cláusula que preveja a cobrança de ressarcimento de serviços prestados por terceiros, sem a especificação do serviço a ser efetivamente prestado.
- II É abusiva cláusula que imponha o ressarcimento, pelo consumidor, da comissão do correspondente bancário nos contratos celebrados a partir de 25/2/2011, sendo válida a cláusula anterior a essa data, ressalvado o controle da onerosidade excessiva.
- III É válida a cobrança de tarifa de avaliação de bem dado em garantia, bem como cláusula que preveja o ressarcimento de despesa com o registro do contrato, ressalvadas a abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado e a possibilidade de controle da onerosidade excessiva.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 49

Considerando o disposto no CDC e o entendimento do STJ, julgue os seguintes itens, relativos à cobrança de dívidas, a bancos de dados e a cadastros de consumidores.

- I As entidades mantenedoras de cadastros de crédito respondem subsidiariamente com a fonte e o consulente pela inexatidão das informações constantes em seus arquivos e pelos danos que causem aos consumidores.
- II A manutenção de inscrição negativa nos cadastros de proteção ao crédito respeita a exigibilidade do débito inadimplido, podendo o limite máximo de cinco anos ser restringido caso seja menor o prazo prescricional para a cobrança do crédito.
- III Em respeito à exigibilidade do crédito e ao princípio da veracidade da informação, o termo inicial do limite temporal de cinco anos para a inscrição da dívida no banco de dados de inadimplência conta-se a partir do primeiro dia seguinte à data de vencimento da dívida.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 50

No que se refere à defesa do consumidor em juízo e a assuntos relacionados a esse tema, assinale a opção correta, considerando as normas do CDC e o entendimento do STJ.

- A** O Ministério Público não tem legitimidade para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos quando se tratar de feitos contendo beneficiários individualizados.
- B** O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor, exceto se decorrentes da prestação de serviço público.
- C** O prazo prescricional para a execução individual é contado da data do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a sua publicação em órgão oficial.
- D** A procedência da pretensão reparatória coletiva em sentença genérica exige do interessado individual a propositura de nova ação para comprovar o dano, a sua extensão, o nexo causal, além de sua qualidade de parte integrante da coletividade lesada.
- E** O Ministério Público tem legitimidade exclusiva para a liquidação e execução da sentença coletiva quando decorrido o prazo de um ano sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano.

QUESTÃO 51

Em relação ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) e à convenção coletiva de consumo, julgue os itens a seguir.

- I A convenção coletiva de consumo torna-se obrigatória a partir do registro desse instrumento no cartório de títulos e documentos e somente obrigará os filiados às entidades signatárias.
- II Compete ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do SNDC, entre outras atribuições, requisitar à polícia judiciária a instauração de inquérito policial para a investigação de delito contra consumidores.
- III O SNDC é integrado exclusivamente por órgãos públicos.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 52

A respeito das normas de direito penal e processo penal previstas no CDC, julgue os itens a seguir.

- I Omitir sinais ostensivos sobre a nocividade de produtos em embalagens constitui conduta delitiva punida quando praticada com dolo ou culpa.
- II O diretor de pessoa jurídica que promover o fornecimento de produtos em condições proibidas incide nas penas cominadas aos crimes previstos no CDC, na medida de sua culpabilidade.
- III É circunstância agravante dos crimes tipificados no CDC o cometimento em detrimento de menor de dezoito anos de idade, de maior de sessenta anos de idade ou de pessoas com deficiência mental, interditadas ou não.
- IV Além das penas privativas de liberdade e de multa, pode ser imposta, cumulativa ou alternativamente, a pena de liquidação compulsória da pessoa jurídica.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

GRUPO III

QUESTÃO 53

Na hipótese de rescisão unilateral de contrato administrativo, a administração pública poderá promover a apropriação provisória dos bens e do serviço vinculado ao objeto do contrato para evitar a interrupção de sua execução. Essa medida representa uma cláusula exorbitante que se materializa em intervenção do Estado na propriedade privada na modalidade denominada

- A limitação administrativa.
- B requisição administrativa.
- C ocupação temporária.
- D servidão administrativa.
- E retrocessão.

QUESTÃO 54

O poder público estadual instalou escola em determinado imóvel público abandonado. Após a instalação e o efetivo uso público do bem, o imóvel será caracterizado como bem público

- A dominical, tacitamente desafetado.
- B de uso especial, tacitamente afetado.
- C de uso comum do povo, tacitamente afetado.
- D de uso especial, expressamente desafetado.
- E de uso comum do povo, expressamente desafetado.

QUESTÃO 55

O chefe do Poder Executivo estadual baixou resolução pela qual declarou ser de utilidade pública para fins de desapropriação determinado imóvel particular, situado no território do respectivo ente federado.

Nessa situação hipotética, o referido ato administrativo foi eivado de vício quanto

- A à forma.
- B à finalidade.
- C ao objeto.
- D ao motivo.
- E à competência.

QUESTÃO 56

Julgue os seguintes itens, acerca de ação civil pública, ação popular, *habeas corpus* e mandado de injunção.

- I O STJ firmou entendimento de que, em ação civil pública promovida pelo Ministério Público, o adiantamento dos honorários periciais ficará a cargo da Fazenda Pública a qual está vinculado o *parquet*.
- II O Ministério Público poderá interpor recurso contra sentença proferida que julgou improcedente o pedido do autor da ação popular.
- III O STJ fixou entendimento de que a ausência de parecer escrito do *parquet* em sede de *habeas corpus* gera automática nulidade do julgamento.
- IV O mandado de injunção pode ser individual ou coletivo, podendo, nesse último caso, ser promovido pelo Ministério Público.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 57

Determinado ente público pretende celebrar contrato de prestação de serviços consultivos de engenharia, estimado no valor de R\$ 300.000.

Nesse caso, a licitação deverá ser realizada na modalidade

- A pregão do tipo técnica e preço.
- B convite do tipo técnica e preço.
- C concurso do tipo menor preço.
- D tomada de preços do tipo menor preço.
- E concorrência do tipo menor preço.

QUESTÃO 58

De acordo com o STF, a competência das agências reguladoras para editar atos normativos que visem à organização e à fiscalização das atividades por elas reguladas representa o exercício de seu poder administrativo

- A discricionário, que depende da conveniência e da oportunidade.
- B de polícia, na sua função normativa, estando subordinado ao disposto na lei.
- C normativo, que é dotado de autonomia com relação às competências definidas em lei.
- D regulamentar, visando à normatização de situações concretas voltadas à atividade regulada.
- E disciplinar, objetivando a punição do administrado pela prática de atividade contrária ao disposto no ato normativo.

QUESTÃO 59

Prefeito de determinado município deixou de cumprir obrigação legal de prestar contas à respectiva câmara municipal. O Ministério Público estadual ajuizou ação de improbidade administrativa pelo ato praticado pelo prefeito no exercício de seu mandato.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa e com a jurisprudência dos tribunais superiores,

- A não caberia a ação de improbidade por se tratar de ato do prefeito de natureza omissiva.
- B não caberia a ação por improbidade, porque os prefeitos se submetem apenas à legislação específica sobre crimes de responsabilidade.
- C caberia a ação por improbidade, desde que observado o foro especial por prerrogativa de função para o seu ajuizamento.
- D caberia a ação por improbidade, uma vez que o ato do prefeito atentou contra os princípios da administração pública.
- E caberia a ação por improbidade, que deveria ser proposta dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para as faltas disciplinares puníveis com demissão.

QUESTÃO 60

Uma empresa que utiliza recursos ambientais efetivamente poluidores pretende construir um empreendimento em uma unidade de conservação do tipo área de proteção ambiental, criada por decreto estadual e localizada no mar territorial.

Nessa situação, para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa deverá requerer o licenciamento ambiental

- A** no IBAMA.
- B** na Secretaria Estadual de Meio Ambiente.
- C** na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- D** no Ministério do Meio Ambiente.
- E** no Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.

QUESTÃO 61

Por ordem exclusiva do representante legal de uma empresa madeireira, foram extraídas e vendidas pela empresa diversas toras de madeira de uma estação ecológica que havia sido criada por decreto federal. Em razão disso, foi proposta ação penal contra a pessoa jurídica e a pessoa física. Durante o curso da ação, a segunda foi excluída da lide.

Nessa situação hipotética, a ação penal

- A** não poderá prosseguir sem a presença da pessoa física, sendo da justiça federal a competência para o julgamento.
- B** poderá prosseguir sem a presença da pessoa física, sendo da justiça federal a competência para o julgamento.
- C** prosseguirá, desde que a pessoa física seja novamente incluída no polo passivo, independentemente do foro.
- D** poderá prosseguir sem a presença da pessoa física, sendo da justiça comum a competência para o julgamento.
- E** não poderá prosseguir sem a presença da pessoa física, sendo da justiça comum a competência para o julgamento.

QUESTÃO 62

De acordo com o Código Florestal, considera-se área de preservação permanente

- A** a faixa marginal de curso d'água efêmero, desde a borda da calha do leito maior, em largura mínima de 30 metros, para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura.
- B** a faixa marginal de curso d'água perene, desde a borda da calha do leito maior, em largura mínima de 10 metros, para os cursos d'água de menos de 30 metros de largura.
- C** os manguezais, até o limite de 200 metros, contados da borda da calha do leito maior do curso d'água.
- D** a área no entorno das nascentes, intermitentes ou perenes, qualquer que seja a sua situação topográfica, em um raio mínimo de 50 metros.
- E** as bordas dos tabuleiros ou chapadas, em toda a sua extensão.

QUESTÃO 63

De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete privativamente à União legislar sobre

- A** a defesa do solo e dos recursos naturais.
- B** a proteção do meio ambiente e o combate à poluição.
- C** a preservação das florestas e da flora.
- D** as florestas e a fauna.
- E** as águas e a metalurgia.

QUESTÃO 64

Várias pesquisas científicas apontam no sentido de que o uso de sacolas plásticas é um dos grandes vilões contra a preservação do meio ambiente. A justificativa consiste no fato de que o plástico leva vários anos para se decompor. Leis foram aprovadas para que os consumidores fossem obrigados a pagar por esse tipo de sacola.

À luz do direito ambiental, a referida obrigatoriedade de compra de sacolas plásticas é um exemplo de aplicação do princípio

- A** da participação.
- B** da precaução.
- C** da ubiquidade.
- D** do poluidor pagador.
- E** da prevenção.

QUESTÃO 65

O estudo prévio de impacto ambiental

- A** é previsto expressamente na Constituição Federal de 1988.
- B** é exigível em todos os procedimentos de licenciamento ambiental.
- C** deve ser apresentado somente depois de concedida a licença de instalação.
- D** deve ser dispensado sempre que ocorrer uma audiência pública sobre o empreendimento.
- E** é exclusivo e dispensa o relatório de impacto ao meio ambiente.

QUESTÃO 66

Durante a execução orçamentária, caso o Poder Executivo verifique, ao final de determinado bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no anexo de metas fiscais, ele deverá, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal,

- A** tomar medidas de combate à sonegação.
- B** ampliar as alíquotas de tributos que não exijam lei para tanto.
- C** promover, por ato próprio, nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira.
- D** decretar o contingenciamento de dotações orçamentárias das transferências voluntárias.
- E** reduzir o número de cargos comissionados.

QUESTÃO 67

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, determinado município interessado em obter autorização para contrair um empréstimo internacional — não classificado como antecipação de receita — poderá obtê-lo ainda que

- A não leve em conta os limites e as condições fixados pela respectiva câmara de vereadores.
- B inexistir a prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica.
- C desconsidere os limites e condições fixados pelo Senado Federal.
- D não tenha obtido autorização específica do Senado Federal, por ser essa uma operação de crédito externo.
- E tenha omitido no orçamento ou em créditos adicionais os recursos provenientes da operação de empréstimo.

QUESTÃO 68

De acordo com as normas constitucionais para os pagamentos devidos em decorrência de sentença judiciária, deve a administração pública pagar seus débitos da seguinte forma: inicialmente os créditos

- A destinados às pessoas físicas e, depois, às pessoas jurídicas.
- B equivalentes a aquisições de pequeno valor e, depois, os demais.
- C relativos à reforma agrária e, depois, os demais.
- D destinados aos idosos e, depois, aos deficientes.
- E advindos de processos sobre salários e, depois, de processos de benefícios previdenciários.

QUESTÃO 69

Ao elaborar as previsões da receita pública, a administração deve levar em conta, entre outros, os seguintes critérios de classificação:

- A o econômico e o programático.
- B o programático e o instrumental.
- C o instrumental e o funcional.
- D o econômico e o da existência de vinculações.
- E o funcional e o da existência de vinculações.

QUESTÃO 70

Durante a tramitação de um projeto de lei orçamentária no Congresso Nacional, foi decidida a inclusão, por emenda, de determinada dotação, para o que foi reduzida, em mesmo valor, outra dotação.

Nesse caso, de acordo com a determinação constitucional, pode ter sido reduzida dotação para

- A pessoal.
- B encargos sobre as despesas com pessoal.
- C amortização da dívida.
- D transferências tributárias constitucionais para estados.
- E investimentos.

QUESTÃO 71

De acordo com o disposto na Lei n.º 8.137/1990, os crimes contra a ordem tributária estarão sujeitos à ação penal pública

- A incondicionada, a qual somente pode ser promovida após o trânsito em julgado da respectiva execução fiscal.
- B condicionada à apresentação da representação fiscal para fins penais.
- C condicionada à apresentação de certidão da fazenda pública que ateste o lançamento definitivo do tributo.
- D incondicionada, a qual pode ser promovida pelo Ministério Público independentemente de representação fiscal para fins penais.
- E condicionada ao trânsito em julgado do processo executivo de cobrança, independentemente da apresentação da representação fiscal para fins penais.

QUESTÃO 72

De acordo com o entendimento majoritário do STJ a respeito das garantias aos créditos tributários e do concurso de preferência decorrente de execuções fiscais, quando coexistirem penhoras de uma autarquia federal e da fazenda estadual sobre um mesmo bem,

- A os créditos das autarquias federais terão preferência em relação aos créditos da fazenda estadual.
- B os créditos da fazenda estadual terão preferência sobre os créditos das autarquias federais.
- C o resultado da penhora será dividido *pro rata*, dada a inexistência de ordem de preferência de créditos entre esses entes públicos.
- D a ordem de preferência do crédito será definida pelo critério cronológico, com base na data de registro das penhoras.
- E a ordem de preferência do crédito será definida pelo critério cronológico, com base na data de propositura das execuções.

QUESTÃO 73

De acordo com o Código Tributário Nacional, constitui um traço distintivo entre a obrigação tributária principal e a obrigação tributária acessória o fato de que

- A somente a obrigação principal decorre da legislação tributária, uma vez que a obrigação acessória é determinada por normas de direito civil ou empresarial.
- B a obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária, ao passo que a obrigação acessória tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- C a obrigação principal somente pode ter como objeto o pagamento de tributo; a obrigação acessória, por sua vez, deve ter por objeto o pagamento de uma penalidade pecuniária.
- D somente a obrigação principal decorre de um fato gerador; a obrigação acessória é imposta a terceiro que, sem possuir a condição de contribuinte, tem uma obrigação decorrente de disposição expressa de lei.
- E a obrigação principal é devida pelo contribuinte, ao passo que a obrigação acessória é imposta e compete ao responsável tributário.

QUESTÃO 74

Determinada lei atribuiu a uma empresa não contribuinte do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) a condição de responsável pelo pagamento do referido tributo em relação a um fato gerador ainda não ocorrido.

Considerando-se as limitações constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar que a referida norma é

- A** inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal de 1988 veda a possibilidade de lei prever a cobrança de tributos relacionados a fato gerador ainda não ocorrido.
- B** inconstitucional, visto que a Constituição Federal de 1988 impede que lei imponha o pagamento de tributo a quem não seja legalmente qualificado como contribuinte.
- C** inconstitucional, porque a Constituição Federal de 1988 proíbe que se impute a terceiro a responsabilidade pelo pagamento decorrente de fato gerador presumido.
- D** constitucional; porém, é vedada a exigência de efetivo recolhimento do tributo em razão de fato gerador presumido, questão que não se confunde com a responsabilidade solidária pelo pagamento.
- E** constitucional, sendo assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga caso não se realize o fato gerador presumido.

QUESTÃO 75

Considerando-se o esquema constitucional de repartição das receitas tributárias, é correto afirmar que, descontada a parcela do fundo de participação dos estados e do Distrito Federal, do fundo de participação dos municípios e do percentual de aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados (IPI) será inicialmente entregue

- A** apenas à União.
- B** à União, aos estados e ao DF, sendo distribuído na forma que for fixada por lei complementar.
- C** à União, aos estados e ao DF, sendo certo que a proporção do repasse a cada ente é fixada proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
- D** à União, aos estados, ao DF e aos municípios, sendo certo que a proporção do repasse a cada ente é fixada de forma proporcional ao quantitativo populacional.
- E** à União, aos estados, ao DF e ao fundo de combate à seca, sendo certo que a proporção do repasse a cada ente deve ser fixada em lei.

GRUPO IV**QUESTÃO 76**

A respeito da responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa, é correto afirmar que

- A** pode ser sujeito passivo de ato de improbidade administrativa, na modalidade de violação de princípios da administração pública, a entidade para a qual o erário tenha concorrido com menos de 50% do patrimônio para criá-la.
- B** o STJ entende que a decretação de medida cautelar de indisponibilidade dos bens em razão da prática de ato de improbidade que cause dano ao erário não está condicionada à comprovação de que o réu esteja dilapidando seu patrimônio.
- C** o STF fixou a tese de que são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso ou culposo tipificado na lei de improbidade administrativa.
- D** o Ministério Público tem legitimidade extraordinária, concorrente e conjunta para propor ação civil pública para responsabilização por prática de ato de improbidade.
- E** é admissível a propositura de ação civil pública pela prática de ato de improbidade administrativa somente contra particular, sem a presença concomitante de agente público na qualidade de réu.

QUESTÃO 77

Assinale a opção correta no que concerne aos instrumentos extrajudiciais de tutela coletiva.

- A** A defensoria pública foi incluída no rol de legitimados para propor ação visando à defesa de direitos coletivos, razão pela qual passou a ser prevista sua competência para instaurar inquérito civil para colher elementos de prova.
- B** A Resolução do CNMP sobre o inquérito civil dispõe que os colegitimados poderão apresentar razões escritas ou documentos até a sessão do órgão de revisão designada, para a homologação ou a rejeição do arquivamento.
- C** Associação civil legitimada para ajuizar ação civil pública poderá tomar do interessado compromisso de ajustamento para adequar a conduta do autor da lesão às exigências legais.
- D** A legislação exige como requisito de validade do compromisso de ajustamento de conduta firmado por órgão do Ministério Público a sua homologação pelo respectivo órgão revisor interno.
- E** Para ser considerado título executivo extrajudicial, o compromisso de ajustamento de conduta deve ser homologado pelo juízo competente ou ser assinado por duas testemunhas.

QUESTÃO 78

A política urbana tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Considerando-se as disposições legais sobre esse assunto, é correto afirmar que

- A** a elaboração do estudo prévio de impacto de vizinhança não substitui a necessidade de elaboração e aprovação de estudo prévio de impacto ambiental.
- B** os imóveis urbanos não edificados nos prazos e nas condições legais estarão sujeitos à tributação de IPTU progressivo no tempo, sendo viável a concessão de anistia nas hipóteses reguladas por lei municipal.
- C** o Ministério Público tem legitimidade ativa para a propositura de ação de usucapião especial urbana.
- D** é facultativa a promoção de audiências públicas e de debates pelo Poder Legislativo durante o processo de elaboração do plano diretor.
- E** não existe prazo legalmente estabelecido para que o município proceda ao adequado aproveitamento do imóvel objeto de desapropriação a partir de sua incorporação ao patrimônio público.

QUESTÃO 79

De acordo com a legislação que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de

- A** educação básica, obrigatória e gratuita, em creches, para crianças de zero a seis anos de idade.
- B** acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, de acordo com a capacidade de cada um.
- C** atendimento educacional gratuito aos educandos com deficiência, de preferência em escolas exclusivamente destinadas à educação especial.
- D** atendimento ao educando por meio de programas suplementares de material didático-escolar, garantidos somente aos alunos da pré-escola e do ensino fundamental.
- E** acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio exclusivamente àqueles educandos que estejam na idade apropriada para tais níveis.

QUESTÃO 80

A respeito da defesa das pessoas idosas e das pessoas com deficiência, assinale a opção correta.

- A** Embora o Ministério Público tenha legitimidade para ajuizar ação civil pública para a defesa de direitos coletivos dos idosos, o órgão não a detém para tutelar, em juízo, direito individual de idoso em situação de risco.
- B** Em caso de abandono de ação coletiva ajuizada por associação em defesa dos direitos dos idosos, compete privativamente ao Ministério Público assumir a titularidade ativa da ação.
- C** A curatela de pessoa com deficiência constitui medida extraordinária e afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.
- D** A condição de acolhimento em instituições de longa permanência prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao recebimento de benefício de prestação continuada.
- E** A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, exceto para o exercício do direito de guarda e de adoção.

QUESTÃO 81

Em relação ao direito à saúde, é correto afirmar que

- A** o STJ consolidou o entendimento de que o Poder Judiciário pode determinar a concessão, pelo Estado, de medicamentos não incorporados em atos normativos do Sistema Único de Saúde, ainda que não tenham sido registrados na ANVISA.
- B** as ações que integram o Sistema Único de Saúde são desenvolvidas em obediência ao princípio da centralização político-administrativa nos estados.
- C** a legislação pertinente não admite a constituição de consórcios entre municípios para o desenvolvimento em conjunto de ações e serviços de saúde que lhes correspondam.
- D** os princípios para o desenvolvimento das ações que integram o Sistema Único de Saúde incluem o da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.
- E** o Sistema Único de Saúde não abrange os serviços de atendimento e de internação domiciliares.

QUESTÃO 82

Assinale a opção correta no que concerne à tutela em juízo dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos.

- A** Sentença que julgue improcedente, por insuficiência de provas, pedido em ação de tutela de direitos difusos não faz coisa julgada *erga omnes*, razão pela qual os legitimados coletivos poderão ajuizar nova ação, desde que baseada em outra fundamentação legal.
- B** A ação ajuizada para a tutela de direitos e interesses coletivos induz litispendência para as ações individuais se não for requerida a suspensão destas no prazo de trinta dias.
- C** Em caso de concurso de créditos decorrentes da condenação por dano a direitos coletivos e da indenização pelos prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, terá preferência no pagamento a condenação pelo dano coletivo.
- D** O lesado individual poderá optar por executar a sentença coletiva no foro de seu domicílio, ainda que este seja diverso do foro no qual tramitou a ação coletiva de conhecimento.
- E** Em ação por violação de direitos difusos, caso o réu seja condenado a pagamento em dinheiro, essa indenização será revertida a fundo gerido por um conselho do qual participará obrigatoriamente o Ministério Público e facultativamente representantes da comunidade.

QUESTÃO 83

Pedro teve ciência de que o Ministério Público ajuizou uma ação coletiva com a finalidade de proteger os mesmos interesses e direitos coletivos que ele buscou proteger com uma ação individual anteriormente ajuizada.

Nesse caso, a referida ação coletiva

- A** induz litispendência para a ação individual, podendo Pedro ser beneficiado pelos efeitos da coisa julgada *ultra partes*.
- B** induz litispendência para a ação individual, podendo Pedro ser beneficiado pelos efeitos da coisa julgada *erga omnes*.
- C** não induz litispendência para a ação individual, mas os efeitos da coisa julgada *ultra partes* da ação coletiva não beneficiarão Pedro caso ele não requeira a suspensão da sua ação individual.
- D** não induz litispendência para a ação individual, mas os efeitos da coisa julgada *erga omnes* beneficiarão Pedro, ainda que ele não requeira a suspensão da sua ação individual.
- E** induz litispendência para a ação individual, mas os efeitos da coisa julgada *ultra partes* somente beneficiarão Pedro se ele requerer a suspensão da sua ação individual.

QUESTÃO 84

Determinada associação de proteção ao meio ambiente, legalmente constituída havia seis meses, ajuizou ação civil pública a fim de cessar obra que estava acontecendo em área destinada à preservação ambiental em determinado município. O juiz competente, considerando a relevância do bem jurídico tutelado, dispensou requisito de pré-constituição e deu prosseguimento ao processo. A associação autora, entretanto, abandonou a ação sem prestar esclarecimentos ao juízo.

Considerando o disposto na lei que rege a ação civil pública, assinale a opção correta, a respeito da referida ação.

- A** A titularidade ativa da ação poderá ser assumida por qualquer outro legitimado.
- B** A ação deverá ser extinta sem julgamento de mérito.
- C** A titularidade ativa da ação deverá ser assumida exclusivamente pelo Ministério Público.
- D** A ação deverá ser extinta com julgamento de mérito e fará coisa julgada.
- E** A ação deverá ser declarada prescrita quando decorrerem cinco anos contados da data do abandono da causa.

QUESTÃO 85

Em determinada ação que visava proteger direitos coletivos, foi proferida sentença de improcedência, que, em regra, apresenta efeitos *ultra partes*. Nesse caso, os efeitos da coisa julgada não impedem a propositura de ações individuais.

É correto afirmar que caracteriza a situação precedente o princípio processual

- A** da não taxatividade das ações coletivas.
- B** do transporte *in utilibus*.
- C** da certificação adequada da tutela.
- D** da representatividade adequada.
- E** da primazia do mérito.

QUESTÃO 86

No âmbito da ação civil pública, o inquérito civil é

- A** obrigatório, de titularidade exclusiva do Ministério Público, e tem como objetivo angariar provas e elementos de convicção para o exercício da ação.
- B** facultativo, de titularidade concorrente entre os legitimados ativos da ação coletiva, e tem como objetivo angariar provas e elementos de convicção para o exercício da ação.
- C** obrigatório, de titularidade concorrente entre os legitimados ativos da ação coletiva, e tem como objetivo verificar o preenchimento dos pressupostos da titularidade do legitimado ativo.
- D** facultativo, de titularidade exclusiva do Ministério Público, e tem como objetivo verificar o preenchimento dos pressupostos da titularidade do legitimado ativo.
- E** facultativo, de titularidade exclusiva do Ministério Público, e tem como objetivo angariar provas e elementos de convicção para o exercício da ação.

QUESTÃO 87

A Lei de Ação Civil Pública prevê como instrumento de autocomposição nos processos que tutelam direitos coletivos o compromisso de ajustamento de conduta, que tem eficácia de título executivo

- A** judicial e pode ser firmado pelo Ministério Público.
- B** judicial e pode ser firmado por todos os legitimados ativos para a propositura da ação civil pública.
- C** extrajudicial e pode ser firmado por todos os legitimados ativos para propositura da ação civil pública.
- D** extrajudicial e pode ser firmado somente pelos órgãos públicos legitimados para propositura da ação civil pública.
- E** extrajudicial e pode ser firmado somente pelo Ministério Público.

QUESTÃO 88

Com base na Resolução n.º 118/2014 do CNMP, assinale a opção que indica a recomendada prática autocompositiva na qual o Ministério Público pode atuar como parte em razão de sua condição de representante adequado e legitimado universal na defesa de direitos e interesses da sociedade.

- A** negociação
- B** conciliação
- C** mediação
- D** prática restaurativa
- E** convenção processual

QUESTÃO 89

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, em ação coletiva que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, há a possibilidade de conversão dessa obrigação em pagamento de indenização por perdas e danos somente se

- A** o autor optar pela conversão.
- B** o réu optar pela conversão.
- C** a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente for impossível.
- D** o autor optar pela conversão ou se for impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.
- E** o réu optar pela conversão ou se for impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

QUESTÃO 90

A ação civil para a decretação da perda do cargo de procurador de justiça do MP/PI será proposta pelo

- A** procurador-geral da República no STJ.
- B** procurador-geral de justiça do MP/PI no STJ.
- C** procurador-geral de justiça do MP/PI no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
- D** procurador-geral de justiça na primeira instância do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
- E** corregedor geral no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

QUESTÃO 91

O corregedor geral do MP/PI será

- A** eleito pelo colégio de procuradores de justiça e nomeado pelo procurador-geral de justiça local.
- B** eleito pelo conselho superior do Ministério Público e nomeado pelo procurador-geral de justiça local.
- C** nomeado livremente pelo procurador-geral de justiça local entre os procuradores de justiça.
- D** indicado pelo procurador-geral de justiça local, sendo o nome aprovado pelo conselho superior do Ministério Público.
- E** eleito pelo colégio de promotores e procuradores de justiça e nomeado pelo procurador-geral de justiça local.

QUESTÃO 92

Promotor de justiça do MP/PI que atue em primeira instância poderá assumir o cargo de

- A** corregedor geral.
- B** subprocurador-geral de justiça.
- C** procurador-geral de justiça.
- D** membro eleito do conselho superior.
- E** membro da câmara de coordenação e revisão.

QUESTÃO 93

De acordo com a Lei Complementar n.º 12/1993, promotor de justiça do MP/PI, primário nas suas faltas funcionais, que receber, a qualquer título, valores referentes a custas processuais, estará sujeito, administrativamente, à pena de

- A** demissão.
- B** aposentadoria compulsória.
- C** suspensão por até 90 dias.
- D** disponibilidade.
- E** censura.

QUESTÃO 94

Considerando-se a Resolução n.º 118/2014 do Conselho Nacional do Ministério Público, acerca da adoção de mecanismos de autocomposição pacífica dos conflitos, controvérsias e problemas, é correto afirmar que

- A** a negociação é recomendada para solucionar controvérsias que envolvam relações jurídicas nas quais é importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes.
- B** a mediação é recomendada para os conflitos em que o Ministério Público possa atuar como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade, em razão de sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal.
- C** a conciliação é recomendada para resolver controvérsias relativas a direitos ou interesses que pertençam às áreas de atuação do Ministério Público como órgão interveniente e nos quais sejam necessárias intervenções que proponham soluções para a resolução de conflitos.
- D** a referida resolução não prevê medida de prática restaurativa entre autor e vítima.
- E** a procuradoria-geral da República será responsável por compilar informações sobre a resolução autocompositiva de conflitos.

QUESTÃO 95

De acordo com Lei Complementar n.º 12/1993, constitui direito dos membros do MP/PI

- A** hora extra.
- B** licença capacitação.
- C** exercício de qualquer outra função, desde que em disponibilidade.
- D** residência fora da comarca, desde que em qualquer local do estado.
- E** licença-prêmio por assiduidade.

QUESTÃO 96

Acerca de súmula vinculante, assinale a opção correta.

- A** Súmula vinculante será editada somente se tiver por objetivo a interpretação de normas acerca das quais haja comprovada controvérsia entre órgãos judiciários.
- B** Do ato administrativo que contrariar a súmula vinculante, ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Conselho Nacional de Justiça.
- C** A aprovação de súmula vinculante é condicionada à decisão da maioria absoluta dos membros do STF.
- D** O efeito vinculante da súmula em relação a todos os órgãos do Poder Judiciário se dá a partir de sua aprovação pelo plenário do STF; em relação à administração direta e indireta, tal efeito ocorre com a publicação da súmula na imprensa oficial.
- E** Aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante poderá ser provocado pelos mesmos legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade.

QUESTÃO 97

Com relação a procedimentos, posturas, condutas e mecanismos apropriados para a obtenção da solução conciliada de conflitos, assinale a opção correta, à luz da legislação pertinente.

- A** Os advogados podem estimular a conciliação e outros métodos de solução consensual de conflitos nos processos que atuem, desde que autorizados pelo juiz competente.
- B** A audiência de conciliação ou de mediação deverá ser necessariamente realizada de forma presencial.
- C** Incumbe ao juiz promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.
- D** Para que a realização da audiência de conciliação ou de mediação seja dispensada, basta que uma das partes manifeste, expressamente, o desinteresse na composição consensual.
- E** É vedado às partes do processo judicial escolher livremente o conciliador ou o mediador: elas devem selecionar profissional inscrito no cadastro do tribunal pertinente.

QUESTÃO 98

Acerca de controle social e direito, assinale a opção correta.

- A** Por configurar um conjunto de sanções de caráter punitivo que visam inculcar na personalidade do indivíduo valores, normas e modelos normativos, o controle social possui dimensão unicamente negativa.
- B** Tanto instituições informais, como a família, quanto organizações formais, como escolas e igrejas, exercem o controle social.
- C** Um dos objetivos do direito em sociedades complexas é promover a multiplicidade e o fracionamento do sistema normativo, de modo a tornar as regras jurídicas suscetíveis de movimentos e mudanças frequentes.
- D** Por não emergirem da estrutura estatal, os mecanismos de controle social não podem ser compreendidos como expressões de poder.
- E** Os modelos sociais de conduta são fixados *a priori*, em particular por análises racionais e, nesse sentido, não podem ser considerados relativos.

QUESTÃO 99

Considerando as relações entre direito e moral, assinale a opção correta.

- A** É próprio do direito e da moral o atributo da imperatividade, de modo que tanto ao destinatário do comando jurídico quanto ao do comando moral não apenas se determina que se faça algo, mas também se assegura o poder de exigir que se cumpra o determinado.
- B** A rigorosa tipicidade dos imperativos morais e jurídicos é uma exigência que permite que se obtenha o respeito às pretensões e às prestações moral e juridicamente válidas.
- C** Tanto a moral quanto o direito se caracterizam pela espontaneidade e pela insusceptibilidade à coação.
- D** A norma moral visa, de maneira imediata e prevalecente, ao bem individual ou aos valores da pessoa; a norma jurídica, a seu turno, visa ao bem social ou aos valores de convivência.
- E** Tanto o campo jurídico quanto a esfera moral se caracterizam pela predeterminação e pela declaração formal do conteúdo de suas regras.

QUESTÃO 100

Quando lei que trata de matéria afeta ao direito civil continua a regulamentar fatos anteriores a sua revogação, ocorre a chamada

- A** ultratividade.
- B** retroatividade benigna.
- C** retroatividade mínima.
- D** reprecinação.
- E** vigência diferida.

Espaço livre